

Museus, Patrimônio Cultural e COVID-19: Reflexões em Relação às “Boas e Novas” Práticas e o Patrimônio Industrial

Museums, Cultural Heritage and COVID-19: Reflections on "Good and New" Practices and Industrial Heritage

Enviado em: 16-06-2022

Aceito em: 31-06-2022

Ronaldo André Rodrigues da Silva¹

Resumo

As mudanças exigidas às instituições culturais e museais, em especial no período pós-pandêmico, determinaram uma nova configuração para o setor a qual enfatizou a elaboração de protocolos e priorizou um modelo de interrelação entre os seus diferentes atores. Com isso, foram propostas “novas” práticas e políticas atinentes ao comportamento, à organização tanto de usuários e visitantes quanto de equipes técnicas e de gestão. A partir dessas necessidades tem-se a ideia central do trabalho que busca analisar as propostas e ações que foram instituídas a partir da pandemia de COVID-19 e que, após dois anos (2020-2021), ainda influenciam a realidade das instituições e suas relações. Nesse contexto, deve-se considerar as especificidades estruturais e particularidades dos museus de patrimônio industrial, com relação a objetos e coleções. Busca-se, dessarte, refletir sobre a validação dos protocolos, além de analisar suas diretrizes, propostas de utilização dos equipamentos e de interação com os múltiplos públicos, bem como a formação e atuação da gestão.

Palavras-chave: Museus, patrimônio industrial, pandemia.

Abstract

The changes required from cultural institutions and museums, especially in the post-pandemic period, determined a new configuration. The sector emphasized the elaboration of protocols and prioritized a model of interrelation between its different actors. As a result, “new” practices and policies were proposed

1 Doutor em História e Patrimônio (Universidade do Minho – Portugal), professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Coordenador do Comitê Científico Nacional de Patrimônio Industrial do ICOMOS-Brasil; membro do ICOMOS, TICCIH, TICCIH-Brasil e APPI-TICCIH/Portugal. ronaldoandre@gmail.com

regarding the behavior and organization of users and visitors as well as technical and management teams. Based on these needs, there is the central idea of the work that seeks to analyze the proposals and actions that were instituted from the COVID-19 pandemic and that, after two years (2020-2021), still influence the reality of institutions and their relations. In this context, one must consider the structural specificities and particularities of industrial heritage museums, in relation to objects and collections. It seeks, therefore, to reflect on the validation of protocols, in addition to analyzing their guidelines, proposals for the use of equipment and interaction with multiple audiences, as well as the training and performance of management.

Keywords: Museums, industrial heritage, pandemic.

O Patrimônio Cultural e A Pandemia

A necessidade de repensar o patrimônio cultural diante da ocorrência de situações de risco e catastróficas mudou após a pandemia do Coronavírus-19 nos anos de 2020 e 2021. Foi preciso que os órgãos culturais de todo o mundo se empenhassem na geração de novas estratégias para a manutenção de suas funções, bem como de suas estruturas e coleções. Com isso, introduziram-se “novas” práticas e possibilidades para o patrimônio cultural pós-pandêmico, em especial, aquelas relacionadas às instituições museais e suas diferentes formas de expressão, que sofreram grande impacto no período em questão.

Nesse sentido, ponderaram-se mudanças para a integração entre os ambientes museológicos e os usuários, com o desenvolvimento e a elaboração de diversos protocolos de visita até então inexistentes. Além destes, também foram estabelecidas novas relações entre os diferentes entes institucionais relacionados ao mundo museológico, sejam eles parceiros e grupos profissionais ligados à cultura, direta ou indiretamente.

Para os diferentes tipos de museus, estruturas e coleções, reequacionaram-se estruturas e gestão, de modo a desenvolver práticas e processos – administrativos e culturais – que proporcionassem formas adequadas de interação com os diferentes públicos ou usuários. Com isso, surgiram “novas” práticas de acesso e visita aos ambientes museológicos

que, conseqüentemente, trouxeram mudanças ao comportamento de diferentes grupos e indivíduos. Além dessas relações, percebeu-se também a importância de reconsiderar a interação com outros grupos, como visitantes, a administração das instituições e as respectivas equipes técnicas. A necessidade de adaptação a uma realidade diferenciada acarretou, ainda, urgência em estabelecer novas políticas e ações estratégicas que contribuíssem não somente para a manutenção, mas igualmente para a perenidade das instituições.

De acordo com essas primeiras questões, relacionadas à continuidade das atividades culturais e museais, inerentes às entidades, busca-se desenvolver as ideias do trabalho. O objetivo é apresentar e analisar, inicialmente, as diferentes propostas e práticas elaboradas a partir da confirmação da situação de pandemia de COVID-19. Para a realização das análises, inicialmente, investigaram-se os principais documentos e protocolos que faziam referência às possibilidades de continuidade de unidades culturais, em particular, museus.

As instituições culturais redefiniram estratégias, protocolos, processos e ações a partir de medidas governamentais, de órgão de Saúde e outras, a fim de permitirem uma continuidade das atividades relacionadas aos vários equipamentos culturais e, em especial, aos museus. Buscou-se redefinir normas e procedimentos de ação institucional e de inserção e frequência do público nos ambientes, o que determinou uma multiplicidade de elementos de atenção, cuidado e adaptação.

Neste contexto, é apropriado considerar as especificidades das instituições museais de patrimônio industrial, que apresentam estruturas e características próprias, principalmente em relação às coleções e aos objetos. Além disso, devido ao seu caráter interdisciplinar, a museologia pressupõe múltiplas possibilidades de constituição dos acervos e tipologias de objetos, desde documentos a máquinas, de edifícios a paisagens. Com isso, há que se pensar no estabelecimento de diferentes atividades: desde a manutenção das instituições e suas estruturas e coleções, às estratégias de manejo dos usuários

e de pessoal técnico-administrativo em função dos períodos de fechamento e de gradual reabertura para o período pós-pandemia.

A instituição de “novos” protocolos leva a uma análise que identificou a elaboração de múltiplas ações, estratégias e políticas ainda não abordadas no período pré-pandemia COVID-19, mas que constavam de documentos e práticas de gestão das instituições. O que foi feito e se torna importante normalizar uma adaptação às condições de precaução e prevenção de riscos para se evitar não somente a transmissão e contaminação de pessoas, como também a possibilidade de ações preventivas junto aos objetos e coleções para que se evitassem situações de perigo, catástrofes e desastres relacionados às instituições. Para tal, buscou-se analisar os protocolos elaborados ou desenvolvidos, suas características e principais elementos que faziam referência à continuidade da atuação das diferentes unidades culturais às quais se referiam, em particular, os museus.

Deve-se ressaltar, nesse sentido, que para além das pessoas e dos acervos, é preciso pensar também nos ambientes de alocação destes últimos, em relação à desinfecção – e de toda a estrutura dos edifícios museológicos –, assim como em planos de segurança, prevenção de riscos e de acessibilidade. Vale assinalar que as atividades das instituições museológicas estão determinadas por suas diferentes áreas, desde relações de gestão organizacional às políticas de ação cultural. As instituições museais, assim como qualquer organização, necessitam de um planejamento estratégico global que as permitam desenvolver adequadamente sua função, sua atividade-fim.

O que se pode concluir, inicialmente e de uma forma geral, é a construção de uma mentalidade de revisão contínua dos protocolos e modos de utilização dos equipamentos museológicos, da interação dos múltiplos públicos, bem como da formação e atuação da gestão. Diante dos desafios ocasionados, assinalaram-se mudanças na forma de perceber e nos novos meios de interação das pessoas com os elementos do património cultural e industrial. E, principalmente, adveio a compreensão dos diferentes ambientes museológicos que proporcionam “novas” práticas entre utentes e instituições,

bem como 'boas' práticas de socialização e busca do conhecimento por meio da cultura".

O Patrimônio Industrial e a Museologia

O caráter museológico aplicado ao patrimônio industrial é construído a partir das relações entre memória e história social. Sua importância e relevância incluem as influências existentes na vida social, cultural, política e econômica, de forma a compor uma síntese pluralista e complexa que permite perceber o mundo das organizações e das empresas sob o olhar da museologia. Assim, ao avaliar as diversas formas de expressão do patrimônio industrial, percebem-se seus múltiplos planos, que envolvem estudos do turismo à museologia, da sociologia à história, da engenharia à geografia. As relações com a museologia são consideradas em uma gama de atividades que envolvem desde instituições públicas ou privadas a coleções e objetos privados ou públicos que permitem expandir a sua aplicabilidade e correlação.

Segundo Bergeron (2002), a integração das questões do patrimônio industrial e sua necessidade de conservação e preservação implicam a possibilidade de valorizar equipes sociais de cunho museológico que desenvolvem obras, instrumentos ou linhas de ação que, por sua vez, possibilitam a continuidade da memória do trabalho, do trabalhador, da técnica e da tecnologia. O acréscimo da visão da cultura aos objetos do patrimônio industrial – dos edifícios aos equipamentos, dos trabalhadores à vida social operária –, dá um vislumbre da memória, da história e da constituição de um patrimônio que tem origem na ciência, na tecnologia e outras diferentes áreas do conhecimento. (Bruno, 1997, 2006, 2010)

Os diferentes exemplos de recuperação da história industrial e cultural apresentam possibilidades de conhecer uma época vivida e o seu entorno, todavia as transformações do mundo da industrialização têm sido pouco consideradas na explicação das mudanças sociais e das expectativas e limitações da sociedade contemporânea. Nesse campo de exploração, devem

ser avaliados fatores sociais e humanos, bem como reflexos nas condições de vida e de trabalho das pessoas. Em muitos casos, a memória da empresa ou setor é feita a partir de visões particulares, de grupos ou indivíduos, de diferentes áreas do conhecimento. Nas estruturas museológicas do século XIX até meados do século XX constata-se que o conteúdo em relação às indústrias ou à industrialização era pouco produzido ou de forma fragmentada, sem representar as múltiplas e diferentes possibilidades de valorização do patrimônio industrial.

No sentido da memória, Cândido (2003) propõe a reflexão sobre a instituição museológica que se destina à memória industrial e, segundo o modelo desenvolvido por Guarnieri (1980), se destina a propor questões contemporâneas para a existência dos museus. Estes últimos são tidos como elementos de transformação e questionamento da realidade social e, conseqüentemente, de sua estrutura, de modo que, as propostas dos museus advindas de tais equipamentos devem ser concebidas a fim de apresentar a questão industrial a partir de elementos percorridos com preocupação e crítica.

A utilidade social das instituições museais para Guarnieri (1980) apresenta-se de maneira proeminente ao ser mencionada de forma indispensável. Entende-se a sua necessidade e evidência ao considerar o museu como um elemento de “documentar e questionar as novas tecnologias e as relações humanas” (p. 19). Além disso, deve permitir reflexões sobre a desvalorização do trabalho, particularmente o manual, em nossa sociedade.

Nesse sentido, ao se propor a elaboração e instituição de um museu relacionado às questões do patrimônio industrial, Guarnieri propõe o “primeiro museu de Sociologia do Processo Industrial do Brasil e, talvez, um dos primeiros do mundo com essa amplitude” (p. 19). Ao falar da necessidade de museus da indústria, “é preciso mostrar que além do registro do processo de industrialização no Brasil, seria crítico, questionador, avaliativo, ético e transformador” (Cândido, p. 76, 2003).

Vislumbra-se, pois, o equilíbrio da ação museológica com as demandas e necessidades sociais no intuito de construir um conjunto de políticas e ações de gestão segundo critérios e elementos que delineiam os objetivos institucionais e sociais. Filipe (2003) propõe um conjunto de linhas prioritárias para o desenvolvimento de tais iniciativas: da construção de um conjunto de ações que possibilite a construção de linhas expositivas virtuais sobre história industrial ao desenvolvimento de estudos e performances nos meios de comunicação para interpretação e informação sobre museu.

Para a concepção metodológica do museu de indústria, Guarnieri (1980) utiliza-se, inclusive, do conceito de arqueologia industrial em que apresenta

[a arqueologia industrial] esta área expositiva deverá cuidar das contribuições técnicas do indígena, do colonizador e do escravo; das formas compósitas, resultantes da mestiçagem que, obviamente não se limita aos padrões étnico, mas transita para usos, costumes, equipamentos, máquinas e as respectivas maneiras de fazê-los, usá-los ou apresentá-lo". (p. 147) (grifo do autor).

E que se encontra em harmonia com o próprio conceito de patrimônio cultural definido pela Constituição Federal promulgada em 1988, que assinala

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas que se incluem:

- I – as formas de expressão;
 - II – os modos de criar, fazer e viver;
 - III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V – os conjuntos urbanos e lugares de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (BRASIL, CF1988, artigo 216).

Destarte, alinhada aos princípios de concepção do patrimônio industrial e do patrimônio cultural percebe-se uma gama considerável de projetos museais a serem desenvolvidos, pois representa possibilidades diversas para se compreender o patrimônio brasileiro, além de permitir a ampliação das mais

diversas maneiras de se manifestar a memória e cultura nacionais. Estas novas possibilidades de se construir a memória nacional garantem, dessa forma, que elementos antes não considerados patrimoniais – como os edifícios industriais e organizacionais – tivessem novas caracterizações que permitissem sua identificação de patrimônio cultural.

Para Guarnieri (1979, 1980, 2010), além dos pontos acima, é necessário agregar questões específicas aos museus da indústria, para os quais o desenvolvimento de estudos de populações e grupos sociais é essencial. Também se refere à necessidade de olhar para as relações entre história empresarial, industrial e história social, de modo a abranger: uma proposta de estudos e ações voltados para a interdisciplinaridade e integração entre museus e turismo; o desenvolvimento de pesquisas e ações de intercâmbio estrutural e difusão da cultura industrial; a proposição de pesquisas e ações, especialmente relacionadas ao desenvolvimento de competências e conhecimentos em museologia e patrimônio industrial (Murta e Albano, 2002).

Outras fontes consideradas importantes para uma análise das relações entre museus e patrimônio industrial estão definidas nas cartas patrimoniais institucionais, em especial, Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, de 2003, instituída pelo TICCIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*) e os princípios comuns estabelecidos pelo ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) e TICCIH para a “Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial”, “Os Princípios de Dublin”, adotados pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011.

A ideia proposta na Carta de Nizhny Tagil vem ao encontro da proposta de Guarnieri (1980) para a instituição de um museu industrial em que se busca introduzir ideais de preservação da memória e da história não somente das empresas, mas igualmente dos trabalhadores, inclusive, do trabalho. Tem-se a seguinte afirmação:

Os museus industriais e técnicos, assim como os sítios industriais preservados, constituem meios importantes de protecção e interpretação do património industrial.

Os itinerários regionais e internacionais do património industrial podem esclarecer as contínuas transferências de tecnologia industrial e o movimento em larga escala das pessoas que as mesmas podem ter provocado, promovendo um afluxo do público interessado em conhecer uma nova perspectiva do património industrial. (TICCIH, Carta de Nizhny Tagil, item 7, alíneas ii e iii, 2003).

Complementarmente, os Princípios de Dublin, definem alguns parâmetros acerca das relações estabelecidas entre instituição, acervos e públicos. Observa-se em seu conteúdo uma preocupação com:

Programas, equipamentos e outros recursos – como visitas a sítios ativos de património industrial e a apresentação de suas operações, relatos e património intangível associados a sua história, maquinaria e processos industriais, museus industriais ou de cidades e centros de interpretação, exposições, publicações, websites, itinerários regionais ou transfronteiriços – devem ser desenvolvidos e mantidos como meios de promover a conscientização e a valorização do património industrial em toda sua riqueza de significados para as sociedades contemporâneas. O ideal é que estejam localizados nos próprios sítios patrimoniais onde se deu o processo de industrialização e nos quais podem ser melhor difundidos. Sempre que possível, as instituições nacionais e internacionais da área de pesquisa e conservação do património devem ser autorizadas a usá-los como recursos educacionais para o público em geral e para as comunidades de profissionais. (ICOMOS/TICCIH, Princípios de Dublin, item 14, 2011)

Tem-se assim a convergência dos temas, museus e património industrial cuja abrangência proporciona uma análise multidisciplinar com a valorização e preservação de um património com características ao mesmo tempo comuns a outras tipologias patrimoniais, mas igualmente específico em suas diferentes formas de manifestação. Há, pois, a necessidade de uma ação coordenada e integrada dos diferentes entes que compõem as questões museológicas. Gestores institucionais, culturais e seus públicos (visitantes e usuários), determinam uma relação supostamente solidária e, além disso o desenvolvimento e a consolidação da área cultural e patrimonial demandam um longo processo, pelo qual ocorra a construção de políticas de gestão e planejamento que permitam maior capacidade de integração das partes

envolvidas e uma efetiva interdisciplinaridade quanto aos processos demandados para sua execução (RODRIGUES DA SILVA, 2020a, 2020b).

Tais fatores tornam-se importantes do ponto de vista museológico quando considerados segundo as exigências sociais atuais, com implicações e considerações tanto acerca de proposições atuais de caráter funcional como de caráter formal. A funcionalidade se relaciona aos aspectos de rigor e competência no que se refere aos conteúdos implicados e a formalidade às linguagens, expressões e relações com as exigências culturais e sociais que lhe são impostas.

Além de se relacionarem à função educativa e recreativa, os horizontes da nova museologia apresentam a necessidade de integrar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades a uma interrelação de identidade e identificação cultural e social com os grupos e instituições de seu entorno. A participação e o envolvimento da sociedade levam a resultados que confirmam a importância de uma atuação junto às coletividades para a formação de conceitos de preservação e conservação de patrimônio, construindo uma consciência calcada na educação patrimonial e na relação de pertencimento entre os indivíduos e o lugar em que vivem.

A formulação do conceito de educação patrimonial tem origem nos movimentos referenciados ao Heritage Education na Inglaterra dos anos 70 do século XX. No Brasil foi introduzido, segundo Grunberg et al (1999), na década seguinte e constituiu-se em uma forma de promover a ação patrimonial em lugares de tradição museística, como parques, museus e outros lugares históricos. Ao final do século XX, as ações e iniciativas de desenvolvimento da educação patrimonial se multiplicaram, apesar de pontuais e temporais, e têm se estendido por contextos sociais e culturais com a finalidade de desenvolver maior identidade e fomentar a cidadania.

Para Teixeira (2006), a educação patrimonial pode ser considerada como uma prática de aprendizado através de ações pedagógicas de um conhecimento específico e relacionado à memória e história. Além disso, pode-

se interpretá-la a partir de diversos enfoques e de maneira interdisciplinar, desde a educação como formação do indivíduo e cidadão à formação de questões de caráter social, político e econômico. Ela se caracteriza, principalmente, por relacionar o privado (pessoa ou grupos de convivência restritos) e o público (o cidadão na coletividade), ao se referir à sociedade. Nesse contexto, uma percepção das influências sociais, das relações estabelecidas entre organização, sociedade e Governo, e a importância ou sua influência nos processos sociais e culturais de uma sociedade são temas se não inexplorados, em alguns casos, pelo menos incipientes ou embrionários.

As Boas e “Novas” Práticas ante a COVID-19

Diante das condições singulares que muitos países do mundo viveram no ano de 2020, as instituições governamentais e responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural começaram a desenvolver alguns documentos para direcionar as políticas e estratégias de proteção de edifícios, objetos e coleções. Para além das estruturas, existia também a preocupação com os vários níveis de pessoal do equipamento cultural, em específico, o museológico, desde os técnicos ao setor administrativo, afora seus públicos.

Nesse sentido, foram analisados alguns documentos que indicavam tomadas de decisão quanto à proteção do patrimônio, bem como das pessoas. Para a análise de boas e "novas" práticas frente ao COVID-19, foram considerados os seguintes:

- a)** Museus ao redor do mundo em face do COVID-19. Relatório da UNESCO, maio de 2020. (UNSC)
- b)** Museus e COVID-19: 8 etapas para apoiar a resiliência da comunidade, ICOM. (ICOM)
- c)** O que os museus precisam em tempos de distanciamento físico, IBERMUSEUMS. (IBM)
- d)** ICOM Brasil - Recomendações frente ao surto COVID-19, ICOM-Brasil. (ICB)

- e)** Recomendações para museus na época do COVID-19, IBRAM, Brasil. (BRA)
- f)** Patrimônio cultural e COVID-19. Recomendações durante a pandemia, Chile. (CHI)
- g)** Protocolo de biossegurança de museus, Resolução 900 - Colômbia. (COL)
- h)** Protocolo Subsetorial para Museus, Bibliotecas e Arquivos, Costa Rica. (CRC)
- i)** Protocolo para o reinício da atividade museológica, Resolução 900, Cuba. (CUB)
- j)** Protocolo de Ativação e / ou Funcionamento dos Repositórios da Memória Social (Museus, Arquivos, Bibliotecas) durante a emergência sanitária, Equador. (ECU)
- k)** Recursos e informações do COVID-19 para o Museum Field, Estados Unidos. (EUA)
- l)** Reabertura de locais históricos, Grã-Bretanha. (GBR)
- m)** Planeamento de medidas de reabertura de museus estatais e geridos pela Direcção-Geral de Belas Artes, IPCE, Espanha. (ESP)
- n)** Guia Básico para a Reabertura de Espaços Culturais, México. (MEX)
- o)** Protocolo para a Reabertura de Museus e Galerias de Arte Diante da Pandemia Covid-19, Paraguai. (PAR)
- p)** Grupo de Projetos Museus no Futuro - Relatório Final, Portugal. (POR)
- q)** Protocolo Oficial para a Reabertura de Museus, Galerias de Arte e Espaços Culturais, Uruguai. (URU)

Por meio da análise de conteúdo desses itens, algumas considerações são feitas em relação aos desafios propostos por cada um. Para fins pragmáticos de estudo, conforme imagem a seguir, optou-se pela utilização de siglas de acordo com suas origens de designação, que são apresentadas entre parênteses (em caixa alta). Cabe informar, no âmbito dessa investigação, que o protocolo argentino seria administrado pela "Rede Argentina de Museus e

Espaços de Arte" (RAME) que foi instituída em junho de 2020 e que não fornecia o protocolo para análise no artigo até o termo final.

A partir da análise do conteúdo dos protocolos, obteve-se o seguinte gráfico que faz a comparação entre os países e as variáveis de análise que foram avaliados em uma escala de 0,0 (ZERO) a 1,0 (UM) de acordo com os graus de especificidade de seus conteúdos e as práticas propostas às organizações culturais – muitas vezes denominadas apenas por museus, e outras, por todos os espaços construtivos e dos mesmos sítios patrimoniais ou culturais.

Obteve-se, assim, uma diversidade de proposições e de protocolos para as práticas a serem adotadas segundo as informações delineadas nos documentos. As socioculturais e econômicas de cada realidade determinaram o atendimento às necessidades específicas de cada órgão elaborador dos protocolos e configuraram entendimentos particulares às realidades institucionais ou nacionais – quando referidos aos países.

A comparação das variáveis de análise, a partir dos conteúdos extraídos de cada um dos protocolos determinou uma configuração conforme a proposta no gráfico 1.

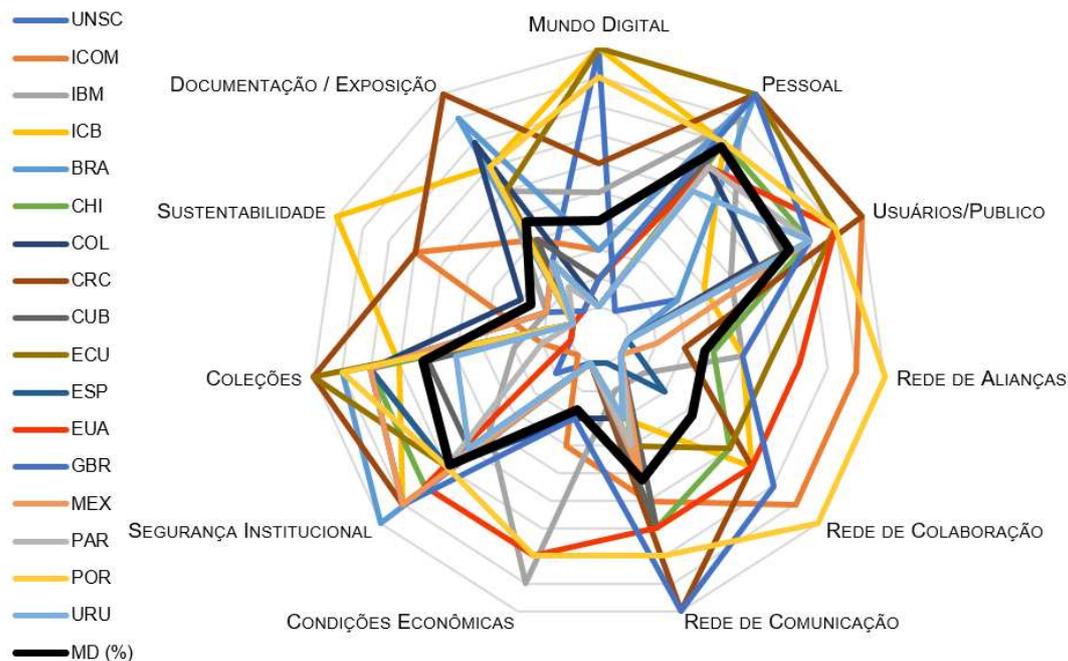


Gráfico 1 – Análise Comparativa dos Protocolos e Práticas Pós-COVID-19

Fonte: Elaboração do autor, 2021

As áreas de menor preocupação nos protocolos se notabilizam em quatro instâncias: as redes de colaboração, as redes de alianças, a necessidade de investimentos na área de gestão da informação e a virtualização das atividades. Com isso, propõem-se a seguir algumas observações a respeito das medidas adotadas ou a serem adotadas em um futuro próximo como elementos do pensamento cotidiano e dos encaminhamentos presentes nas instituições museológicas, em especial nas instituições de patrimônio industrial – conforme as necessidades e urgências constatadas:

- a) A instituição de estratégias virtuais que permitam a adoção de uma política digital em prol de práticas que superem o desafio da digitalização dos acervos.
- b) A efetiva preocupação em relação aos níveis de integração a outras instituições e o apoio às atividades ou às funções congêneres, de forma a favorecer a formação de redes integradas de museus e

instituições culturais o que irá permitir uma elevada probabilidade de resolução de problemas não só relacionados com questões de saúde (oriundos do COVID-19), mas também de outras áreas, como económica, social e ambiental.

c) O investimento em novas possibilidades de financiamento, para além da vendagem de bilhetes para visitas ou apoios de órgãos estatais n sentido de se organizar estratégias e políticas que permitam o contributo de diferentes entidades, tais como parcerias entre os setores – primeiro, segundo e terceiro -, bem como a formação de parcerias público-privadas. Também deve ser incentivada a formação de associações e grupos de fomento às instituições que disponibilizem a arrecadação de recursos para o financiamento das atividades.

d) A atenção ao desenvolvimento de políticas que consolidem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e a Agenda 2030, pontos fundamentais para a definição de boas práticas das instituições museológicas.

Quando se pensa nas práticas “boas e novas”, é necessário verificar também as reais condições para a sua implementação. A maioria das instituições que possuem coleções ou objetos e artefatos próprios encontra-se em situação precária, excepcionalmente agravada pelas condições socioeconômicas decorrentes da pandemia COVID-19. Antes da constituição de políticas específicas, devem ser consideradas políticas gerais e prioritárias, como a obtenção de um inventário minimamente atualizado de objetos e acervos, além de uma estrutura tradicional ou digital, cujos registro se deem no plano físico ou multimídia, conforme as condições disponíveis. Some-se a isso uma equipe dedicada, formada por pessoal qualificado e com habilidades mínimas para realizar essas várias operações típicas das instituições museológicas (da pesquisa à exposição, da gestão à documentação).

Proposições aos Museus de Patrimônio Industrial

O que se observa é a multiplicidade de desafios com os quais as instituições museológicas devem se preocupar, uma vez que as práticas não estão relacionadas apenas a artefatos e coleções, mas também a estruturas – macro e micro –, além de pessoal interno e externo, usuários e o público em geral. As propostas ora desenvolvidas têm o objetivo de definir possibilidades de uma análise multidisciplinar do patrimônio, com a confluência de especificidades entre os campos da museologia e do patrimônio industrial. O entendimento da convergência das duas áreas envolve tanto o conhecimento próprio, quanto de áreas complementares, além de exigir a participação de diferentes grupos sociais, direta ou indiretamente, na valorização e preservação do patrimônio.

A compreensão das “boas” práticas implica uma perspectiva interdisciplinar e a percepção dos atores sociais da necessidade de uma ação coordenada, cooperada e integrada. Desta forma, permite-se a construção, desenvolvimento e consolidação de um processo a longo prazo de uma mentalidade museológica (e até turística) que relacione o patrimônio industrial ao patrimônio cultural. A implementação de políticas de gestão e planejamento permite o desenvolvimento de uma capacidade de integração das partes envolvidas na vida cultural e de uma efetiva interdisciplinaridade quanto aos processos necessários à valorização do patrimônio industrial. A proposta de “novas” práticas torna-se possível segundo a capacidade dos gestores de instituições museológicas ou patrimoniais industriais em estabelecer um comprometimento em relação aos elementos que influenciam os resultados da organização no cumprimento dos objetivos institucionais. Alguns desafios a essas práticas são propostos na Tabela 1, que oferece a um leque de diferentes ideias (factíveis) que podem ser viabilizadas por meio da criatividade, da inovação e do uso adequado dos recursos organizacionais de que se dispõe.

Tabela 1 – Propostas das “Novas” Práticas às Instituições

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Variável	Ações	Desafios	Ideias Práticas
Mundo digital	Propor a continuidade de práticas na web como seminários, encontros e outras formas de apresentação de objetos e coleções.	Ampliar as práticas em multimídia, para além das mídias sociais (Facebook, Instagram e outras), com outras plataformas (Zoom, Skype, Meet) e mídias com temas relacionados ao patrimônio industrial.	Propor visitas virtuais e passeios aos locais e paisagens (por exemplo, ferrovias turísticas).
Segurança Pessoal	Oferecer atenção às necessidades profissionais (e pessoais) dos diferentes grupos de pessoas da instituição.	Atender às demandas de acordo com as necessidades específicas dos múltiplos tipos de museus industriais.	Buscar formação/ capacitação e treinamento de pessoal sobre riscos e conscientizar diferentes públicos.
Usuários / Público	Promover contato permanente com os diversos públicos para detectar necessidades de visita e de conhecimento dos objetivos da instituição.	Otimizar o acesso em prol da diversidade de público (pessoas/ grupos marginalizados, minorias, deficientes, idoso, entre outros).	Realizar atividades de promoção da inclusão de diferentes públicos em relação a artefatos, objetos e coleções.
Rede de Alianças	Fortalecer parcerias com grupos/instituições relacionadas aos desafios do museu.	Minimizar diferenças e ações individuais e propor ações coletivas, de cooperação e integração.	Criar um conjunto de atividades ou ações complementares em busca de mais conhecimento e informação em / com outras instituições.
Rede de Colaboração	Construir uma rede de conhecimento entre as diferentes instituições	Encontrar pessoas, instituições e grupos que partilhem ideias,	Começar por ações internas, e depois, externas, como a

	ou grupos que tenham os desafios do museu como sua competência.	propostas e conhecimentos (expertise) sobre as dificuldades e sucessos nas políticas, ações e estratégias museológicas.	sensibilização de pessoal da própria instituição, primeiramente e depois outros grupos de interesse.
Rede de Comunicação	Desenvolver ações que levem à aproximação entre os públicos interno e externo.	Manter as possibilidades de comunicação entre funcionários internos e externos, usuários e outros grupos	Estimular o contato entre diferentes públicos dos diversos museus industriais, promovendo intercâmbios acerca de suas coleções e afins.
Condições Econômicas	Buscar desenvolver a criatividade e a formação de uma rede de instituições para elaboração de estratégias de financiamento conjunto.	Escolher instituições para processos de formação de rede e desenvolver estratégias e políticas que busquem alternativas e complementaridade ao financiamento público.	Desenvolver elementos e práticas que integrem a possibilidades digitais e presenciais, além da abordagem com diferentes públicos, bem como meios para formalizar a doação financeira.
Segurança Institucional	Desenvolver práticas preventivas de conservação e elaborar planos de emergência para situações de risco nas instituições.	Institucionalizar as equipes de trabalho e grupos de interesse que desenvolvam atividades do plano de segurança.	Construir redes de colaboração e alianças interinstitucionais que disponibilizem e partilhem planos de segurança.
Coleções	Promover a instituição de planos de proteção de coleções, bem como outras orientações que garantam a sua segurança.	Desenvolver ações e políticas que levem em consideração a diversidade e pluralidade dos tipos de patrimônio industrial.	Manter o foco nas coleções ou principais tipologias mais importantes, bem como promover alianças com instituições e profissionais especializados nas diferentes tipologias.

<p>Sustentabilidade</p>	<p>Garantir às práticas museológicas a possibilidade de desenvolver princípios de sustentabilidade, com base no plano ODS / ONU e na Agenda 2030</p>	<p>Promover, tanto quanto possível, a efetivação dos diferentes princípios da Carta das Nações Unidas e da Agenda 2030.</p>	<p>Desenvolver as práticas de gestão das instituições museológicas relativas a atitudes de bem-estar e promoção da saúde; proporcionar instalações sanitárias e promover práticas de higiene ou oferta de novos empregos e promoção da eficiência energética, dentre outros.</p>
<p>Documentação / Exposição</p>	<p>Promover práticas de conservação e preservação de objetos e acervos, além de inclusão expositiva e documentação de processos museológicos.</p>	<p>Manter os processos industriais vivos por meio de documentação e práticas de conservação/ preservação e documentação de processos industriais.</p>	<p>Desenvolver políticas e práticas de gestão que levem à conservação de sítios e estruturas do patrimônio industrial e suas relações de identidade de grupos e sociedades, desde a estrutura e maquinário até as variáveis imateriais.</p>

Ao considerar as especificidades do patrimônio industrial e de suas instituições museológicas, há uma referência particular no protocolo da Grã-Bretanha em que se observa uma disposição para referenciá-lo em uma seção específica. Considera-se a existência de diferenças na constituição das organizações culturais, sejam estruturais ou de objetivos, segundo sua função ou coleções, as quais os gestores de museus e instituições devem observar. A partir das medidas definidas pelos órgãos governamentais, de maneira geral e não específica, torna-se importante avaliar particularmente cada caso dentro do âmbito das instituições museais. Dessa forma, será possível ocorrer melhor compatibilidade com as mudanças globais, desde a assistência à saúde e preocupação com o distanciamento social às questões relacionadas às formas

de exposição e de interação com os diferentes públicos. Existe ainda uma preocupação particular no que diz respeito à reocupação de edifícios, à segurança no trabalho dos funcionários e utilizadores, aos sistemas de ventilação e outros serviços de construção.

Igualmente, observa-se uma atenção particular no que se refere ao desenvolvimento de atividades no âmbito da gestão voltadas à elaboração de planos estratégicos de maneira conjunta entre os órgãos responsáveis de cada área de apoio, por exemplo: saúde, engenharia (e afins) e a área específica à museologia e conservação. Dentre os grupos, destaca-se a percepção em relação aos usuários e visitantes que foi potencializada pelo desenvolvimento de sistemas de comunicação.

O envolvimento desses grupos de maneira direta demonstra a sua importância com relação aos processos de reabertura gradativa de instituições museológicas e sítios históricos, especialmente aqueles que aderiram às diretrizes e regras governamentais. O estreitamento das relações entre as instituições e os diferentes atores sociais que as compõem requer graus de confiança elevados em relação ao cumprimento das normas institucionais vigentes pós-período pandêmico. Ademais, há que se cumprir padrões de segurança que se adequem às políticas adotadas e ações de preservação e conservação de obras, acervos e instituições. Observa-se, então, que os diferentes fatores das “novas” práticas não buscam apenas reafirmar as já implementadas, mas também oferecer a oportunidade de desenvolver novas ideias que se complementarão às ocorridas. Essa nova dinâmica perfaria o que se pode definir como conjunto de boas práticas, visto que esses fatores agregados - os habituais e os que emergiram com as novas demandas - permitem olhar para as instalações do museu de acordo com os requisitos sanitários, sociais e ambientais adequados.

A segurança em sua plenitude determina implicações e considerações para as “velhas” e novas proposições e práticas no momento pandêmico atual e no futuro. O carácter funcional e formal das práticas está relacionado a aspectos de rigor e competência das políticas, documentos e protocolos

existentes, bem como à responsabilidade da gestão em obter comprometimento das partes envolvidas e um estágio elevado de cumprimento das diretrizes de segurança. Para além das práticas protocolares, devem ser buscadas as práticas da linguagem, suas expressões e relações com as demandas culturais e sociais percebidas ou impostas aos diferentes públicos.

A participação de diferentes grupos (redes de alianças, colaboração e usuários, além do público interno das instituições) é necessária e requer a sensibilização e o envolvimento da sociedade. Isso leva a resultados que corroboram a importância da ação conjunta das comunidades para a formação de conceitos globais e locais de preservação e conservação do patrimônio. Some-se a isso a construção de uma consciência que favoreça o reconhecimento de uma identidade não só para as instituições, mas também para o desenvolvimento de comunidades institucionais para a continuidade da cultura patrimonial. O que se percebe entre os diferentes protocolos dos países – no que se refere às políticas e práticas de segurança no setor cultural – é que há necessidade de um esforço conjunto, uma vez que os múltiplos atores envolvidos influenciam os propósitos das diferentes decisões sobre políticas e suas ações efetivas para a manutenção dos sistemas culturais e a conservação, preservação e valorização da cultura.

Reflexões museais e patrimoniais...

As relações estabelecidas entre patrimônio e museologia, em especial o industrial, passa pela compreensão de sua abrangência e por suas especificidades. As características próprias do patrimônio industrial situam-se desde as instituições que o abrangem – como indústrias, fábricas, empresas, organizações relacionadas ao setor público etc. – a elementos de identidade e memória de setores comerciais, industriais e de serviços. Observa-se ainda sua multiplicidade de formas de expressão, de objeto, coleções e de equipamentos, de produtos, de tecnologia, assim como documentos e diversos

outros elementos que representem a história social, seja ela de indivíduos, grupos ou comunidades.

Para Julião (2015) as representações estão construídas a partir de diferentes categorias e podem ser consideradas segundo as seguintes relações: (1) a representação, enquanto elemento constituinte de uma imagem coletiva; (2) o regime de historicidade, como fator de construção de um pensamento que inscreve as relações entre homens e lugares, entre sociedade e tempo, entre passado, presente e futuro; e (3) a cultura material, a qual se desenvolve o caráter de representatividade do homem por meio dos objetos e das “marcas” deixadas no tempo e no espaço.

A partir dessa ideia tem-se que o campo da arqueologia e do patrimônio industriais apresenta oportunidades e possibilidades múltiplas para uma inserção no âmbito museal. Assim, pode-se observar que uma ampliação do conceito de patrimônio permite observar distintos elementos de identidade entre os indivíduos e a cidade, entre a população e suas representações culturais por meio de uma ação voltada ao campo da musealização. As diversas formas de manifestação da cultura material e imaterial expressas pelo patrimônio industrial podem, por sua vez, estar ligadas originalmente a alguma entidade representativa na sociedade – física ou espiritual, pessoal ou grupal.

A aplicação do campo da museologia se amplia para o âmbito do patrimônio industrial quando se envolvem questões relacionadas à organização produtiva– como a indústria – que, em seu processo histórico, integra atividades sociais além das atividades econômicas. Tal preceito se observa mesmo no conceito de patrimônio industrial contido na Carta de Nizhny Tagil, constituído de formas de expressão as mais diversas, ou seja:

compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (Carta de Nizhny Tagil, p. 1, 2003)

Observa-se, assim, que a multiplicidade de formas de expressão exige uma compreensão multidisciplinar do patrimônio industrial, pela qual se percebe a necessidade de se desenvolver um conjunto de ações integradas, sejam a partir de empresas ou indústrias, e instituições públicas ou privadas, junto à comunidade. Deve-se construir um rol de alternativas e possibilidades que visem identificar, reconhecer e dar a perceber os elementos de patrimônio industrial para além do desenvolvimento econômico e do capital, como parte de processos de conformação, identidade e apropriação de indivíduos e comunidades. O resgate, valorização e/ou reconhecimento dessas relações entre empresa e comunidade, trabalho e sociedade, permitem desenvolver ações que permitam melhor representar a participação individual, social e empresarial na constituição de uma memória “menos fragmentada” do lugar, do espaço, da sociedade de forma a se reconhecer um patrimônio cultural diverso e múltiplo.

As possibilidades de ampliação do conceito de patrimônio industrial e sua aplicação via instituições museais encontram-se também exemplificadas no campo da comunicação e da educação patrimonial por meio de elementos de inserção da atividade museal na formação do cidadão. Ao se envolver as questões relacionadas ao patrimônio industrial, permite-se uma educação global, entendida como um amplo processo de aprendizagem, não somente formal, mas também por meio da formação cultural, social e profissional.

Diferentes propostas estão contempladas nos protocolos de atuação para as instituições culturais no período pós-pandêmico, dentre elas encontram-se aquelas relacionadas à educação como forma de desenvolvimento das relações com os diferentes públicos, além de proporcionar a aprendizagem por meio da cultura e possibilitar a inclusão a partir de uma formação lúdico-museal. A capacidade de integração e de construção do conhecimento através das diversas formas de atuação junto aos indivíduos e grupos encontra-se prevista nas funções essenciais à instituição

museal; está também aplicada à Carta de Patrimônio Industrial do TICCIH como elementos de educação e formação:

- I. A formação profissional especializada, abordando os aspectos metodológicos, teóricos e históricos do patrimônio industrial deve ser criada no ensino técnico e universitário.
- II. Devem ser elaborados materiais pedagógicos específicos que abordem o passado industrial e o seu patrimônio para e pelos alunos dos níveis primário e secundário. (TICCIH, Carta de Nizhny Tagil, item 6, p. 8, 2003)

Ou seja, em primeira instância, a educação patrimonial – elemento presente na maioria dos protocolos analisados – deve buscar nos indivíduos uma identificação em relação ao objeto, seja estematerial ou imaterial, arquitetônico ou artístico, físico ou espiritual. Assim, se configura uma capacidade de interação e de envolvimento que permite uma ampliação de horizontes em relação ao objeto e ao tema propostos. Para se obter tal comportamento, o processo de educação patrimonial pode partir de atividades lúdicas, no desenvolvimento de ações junto à comunidade escolar, pelas quais se constitui, inclusive, um processo de envolvimento da comunidade acadêmica. Nesse processo, almeja-se uma capacidade de percepção e identificação da sociedade com o mundo do trabalho que ultrapasse as relações de capital e transcenda para a formação social e cultural.

No âmbito europeu, desde 1990, têm-se alicerçadas as diretrizes da Carta de Nizhny Tagil e dos Princípios de Dublin, reforçadas pela Recomendação R (90) 20 do Conselho da Europa, em que se tratam questões relacionadas ao patrimônio industrial:

Em algumas hipóteses, o trabalho a ser realizado pressupõe um apoio mais amplo do que aquele que poderia ser dado pelas autoridades ou círculos privados em nível regional ou mesmo nacional. A cooperação europeia facilitaria assim a resposta aos objetivos e poderia ser expressa nas seguintes formas:

- consulta e coordenação de iniciativas entre as autoridades competentes dos Estados sobre as estratégias a serem definidas para a proteção e valorização do patrimônio técnico e industrial, particularmente no âmbito da aplicação e acompanhamento da Convenção para a Proteção do Patrimônio Arquitetônico da Europa;

- uma cooperação concreta em projetos locais de excepcional importância e dimensão europeia, em que os interessados de vários Estados unam os seus conhecimentos e investimentos com vista à realização de grandes operações. (Council of Europe, Recommendation (R90) 20, item 5, 2014, tradução livre).

A preocupação recorrente, no período pandêmico e pós-pandêmico, com a formação de redes de alianças e redes de colaboração reforça as ideias acima propostas, as quais visam institucionalizar a integração e cooperação de diferentes entes institucionais para consolidação do campo cultural. Ressalta-se além disso, a necessidade de formação de redes interinstitucionais do campo cultural em que a busca por uma gestão compartilhada permita a troca de conhecimentos e de expertises. Além dessas questões, a definição de interrelações permite o desenvolvimento de redes de comunicação que possibilitariam a troca de informação entre instituições culturais e demais instituições articuladoras de programas interdependentes.

Observa-se assim, na Recomendação R (90) 20 a necessidade de respeitar um processo integrativo entre os membros e suas respectivas instituições de proteção ao patrimônio, o que para o contexto nacional brasileiro corresponderia a uma estruturação em rede das instituições da área da cultura, de maneira geral, e museais em particular. Ao constituir-se um sistema de cooperação entre diferentes órgãos, governamentais e privados, torna-se possível implementar políticas menos fragmentadas e mais integradoras entre as instituições.

O trabalho a ser realizado pressupõe uma preocupação com elementos estruturas e culturais, com a preservação de elementos representativos da cultura material e imaterial, bem como a preservação de elementos técnico-científicos e de natureza socioeconômica que definem os modos de viver e o desenvolvimento das diferentes sociedades. Com isso, salientem-se, sob uma perspectiva de incremento dos processos de musealização, as práticas de reconhecimento e valorização do patrimônio industrial, que devem ser percebidas sob uma óptica transdisciplinar. Com isso, visa-se permitir que a

complementaridade e a intercambialidade de campos de conhecimento e profissionais específicos sejam implantadas.

As diferentes possibilidades de articulação da cultura e da memória, da história e da sociedade, segundo o passado recente e o presente, definem novas fronteiras e articulações para o conhecimento humano. A identificação de uma linguagem própria, cuja identidade e memória muitas vezes estão significadas pelo mundo do trabalho trazem questões novas a serem debatidas e incluídas em agendas culturais, museais e educacionais.

Referências Bibliográficas

Protocolos/Documentos

AMERICAN ALIANCE OF MUSEUMS. **Considerations for Museum Reopenings.** Disponível em: <https://www.aam-us.org/wp-content/uploads/2020/04/Considerations-for-Museum-Reopenings-5.27.2020.pdf>>. Acesso em: 30 de Ago de 2020.

GREAT BRITAIN GOVERNMENT. **Guidance for people who work or volunteer in heritage locations.** Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/working-safely-during-coronavirus-covid-19/heritage-locations>>. Acesso em: 30 de Ago de 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Recomendações aos museus em tempos de COVID-19.** Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Recomendacoes_Museus.pdf>. Acesso em: 21 de Jul de 2020.

CENTRO NACIONAL DE CONSERVACIÓN Y RESTAURACIÓN. Servicio Nacional del Patrimonio Cultural. Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio. **Patrimonio cultural y COVID-19.** Recomendaciones durante la pandemia. Disponível em: https://www.cncr.gob.cl/611/articles-96032_archivo_01.pdf>. Acesso em: 21 de Jul de 2020

COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA DO ICOM. **Grupo de Projeto Museus no Futuro Relatório Final.** Sumário Executivo. Disponível em: <https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2020/07/Sum%C3%A1rio-executivo-Museus-no-Futuro-07-07-2020.pdf>>. Acesso em: 15 de Jul de 2020.

COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA DO ICOM. **Grupo de Projeto Museus no Futuro. Sumário Executivo.** Disponível em: <<https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-Museus-no-Futuro-07-07-2020.pdf>>. Acesso em: 15 de Jul de 2020.

CONSEJO NACIONAL DEL PATRIMONIO CULTURAL. Cuba. **Protocolo para el reinicio de la actividad de los museos en Cuba, en la etapa de recuperación post-COVID-19.** Disponível em: <<http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/07/cuba-protocolo-para-el-reinicio-de-la-actividad-de-los-museos-en-cuba-en-la-etapa-de-recuperacion-post-covid-19.pdf>>. Acesso em: 22 de Jul de 2020.

DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL. **Algumas recomendações para a conservação dos bens culturais na reabertura dos Museus, Palácios e Monumentos – COVID 19.** Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2020/05/15/Recomendacoes_reabertura_Conservacao.pdf>. Acesso em: 22 de Jul de 2020.

GOBIERNO DE ESPAÑA. Ministerio de Sanidad. **Plan para la Transición hacia una nueva normalidad.** Disponível em: <<https://www.mscbs.gob.es/profesionales/saludPublica/ccayes/alertasActual/nCov/planDesescalada.htm>>. Acesso em: 30 de Ago de 2020.

HISTORIC ENGLAND. **Reopening Heritage Locations.** Disponível em: <<https://historicengland.org.uk/coronavirus/reopening-heritage-locations/>>. Acesso em: 30 de Ago de 2020.

IBERMUSEOS. **O que os museus necessitam em tempos de distanciamento físico.** Disponível em: <<http://www.iber museos.org/pt/recursos/documentos/o-que-os-museus-necessitam-em-tempos-de-distanciamento-fisico/>>. Acesso em: 30 de Jul de 2020.

INSTITUTO DEL PATRIMONIO CULTURAL DE ESPAÑA. Ministerio de Cultura y Deporte. **Recomendaciones sobre procedimientos de desinfección en bienes culturales con motivo de la crisis por COVID 19.** Disponível em: <<https://ipce.culturaydeporte.gob.es/dam/jcr:3cf1e6b5-1925-440d-a514-3c60f1edadc9/anexo--recomendaciones-ipce-patrimonio-covid-19--1-.pdf>>. Acesso em: 30 de Ago de 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Museums and COVID-19: 8 steps to support community resilience.** Disponível em: <<https://icom.museum/en/covid-19/resources/museums-and-covid-19-8-steps-to-support-community-resilience/>>. Acesso em: 21 de Jul de 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **ICOM Brazil – Recommendations facing the COVID-19 outbreak.** Disponível em: <https://icom.museum/en/news/icom-brazil-recommendation-in-front-of-to-covid-19/>. Acesso em: 21 de Jul de 2020.

MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE. Subdirección General de Museos Estatales. **Planificación de medidas para la reapertura de los museos de titularidad y gestión estatal dependientes de la Dirección General de Bellas Artes.** Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/06/medidas-reapertura-museos.pdf>. Acesso em: 15 de Jul de 2020.

MINISTERIO DE CULTURA Y JUVENTUD. Costa Rica. **Protocolo subsectorial del Ministerio de Cultura y Juventud para la reactivación de actividades humanas en museos, bibliotecas y archivos.** Disponível em: https://mcj.go.cr/sites/default/files/2020-06/Versio%CC%81n%201%20Museos-Bibliotecas-Archivo%20Protocolo%20Subsectorial%20Museos-Bibliotecas-Archivo_0.pdf. Acesso em: 22 de Jul de 2020.

MINISTERIO DE CULTURA Y PATRIMONIO. Subsecretaría de Memoria Social. **Medidas de acción y prevención ante la emergencia sanitaria por COVID-19.** Disponível em: <https://www.culturaypatrimonio.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2020/07/PROTOCOLO-BIOSEGURIDAD-PARA-ACTIVACIO%CC%81N-MUSEOS-BIBLIOTECAS-ARCHIVOS.pdf>. Acesso em: 29 de Ago de 2020.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CULTURA. Dirección Nacional de Cultura. **Protocolo Oficial para Reapertura de Museos, Galerías de Arte y Espacios Culturales.** Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-educacion-cultura/comunicacion/noticias/reapertura-museos-galerias-arte-espacios-culturales-cines-teatros-salas>. Acesso em: 30 de Ago de 2020.

MINISTERIO DE SALUD Y PROTECCIÓN SOCIAL. República de Colombia. **Resolución 900** del 10 de junio de 2020 "Por medio de la cual se adopta el protocolo de bioseguridad para el manejo y control del riesgo de Coronavirus COVID-19 en el sector cultural colombiano específicamente el museístico". Disponível em: http://www.museoscolombianos.gov.co/elementosDifusion/2020/Resolucio%c%81n%20900_2020-Protocolo%20de%20bioseguridad%20museos.pdf. Acesso em: 22 de Jul de 2020.

SECRETARÍA DE CULTURA. Gobierno de México. **Guía básica para la Reapertura de Espacios Culturales.** Disponível em: <https://contigoenladistancia.cultura.gob.mx/assets/uploads/blog/documentos/guia-reapertura-espacios-culturales.pdf>. Acesso em: 22 de Jul de 2020.

SECRETARÍA NACIONAL DE CULTURA. **Protocolo para la reapertura de museos y galerías de arte ante la pandemia de COVID-19**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.py/wp-content/uploads/2020/06/PROTOCOLO-PARA-LA-REAPERTURA-DE-MUSEOS-Y-GALERIAS-DE-ARTE-ANTE-LA-PANDEMIA-DE-COVID.pdf>>. Acesso em: 22 de Jul de 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION. UNESDOC Digital Library. **Museums around the world in the face of COVID-19**. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373530>>. Acesso em: 01 de Jul de 2020.

Bibliografía

BERGERON, Louis. El Patrimonio industrial, ¿Qué hacer? IN: ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel. (Coord.) **Patrimonio industrial: Lugares de la memoria: proyectos de reutilización en industrias culturales, turismo y museos**. 1ª. ed. Gijón: INCUNA, p.11-16, 2002.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e museus: princípios, problemas e métodos**. Cadernos de Sociomuseologia, nº. 10, 1997.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados**. Cadernos de Sociomuseologia, nº. 25, pp. 5-20, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Resenha 2: RÚSSIO, Waldisa. Um museu da indústria na cidade de São Paulo. São Paulo: FESP, 1980. (Tese de Doutorado). **Cadernos de Sociomuseologia**, nº. 20, pp. 75-86, 2003.

COUNCIL OF EUROPE. **Recommendation N°. R (90) 20**. Committee of Ministers to Member States on the Protection and Conservation of the Industrial, Technical and Civil Engineering Heritage in Europe. Disponível em: <https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectId=09000016804e1d18>. Acesso em: 02 de Jun de 2022.

FILIPE, Graça. Patrimonio industrial, experiencias museológicas y proyectos de intervención en el territorio. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (Coord.). **Estructuras y paisajes industriales: proyectos socioculturales y turismo industrial**. Gijón: INCUNA, 2003. p. 79-88.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Textos e contextos de uma trajetória profissional**. A Evidência dos Contextos Museológicos. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Pinacoteca de São Paulo, v. 1, pp. 78-85, 1979.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Um Museu de Indústria para São Paulo**. Tese de Doutorado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1980.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Interdisciplinaridade em Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do conselho Internacional de Museus, v. 1, pp. 123-126, 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Dublin Principles** (tradução para português). Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/?page_id=686>. Acesso em: 02 de Jun de 2022.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **COVID-19 y objetivos mundiales**. Cómo una pandemia podría alterar la “hoja de ruta” de la humanidad. Disponível em: <<https://feature.undp.org/covid-19-and-the-sdgs/es/>>. Acesso em: 15 de Jul de 2020.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. **Museologia e patrimônio industrial**: Alguns apontamentos para reflexão In: Anais do 4º Simpósio Científico do ICOMOS/Brasil; 1º Simpósio Científico do LAC. Belo Horizonte: IEDS, 2020a.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. **O patrimônio industrial, as teorias clássicas da conservação e restauração e considerações às cartas patrimoniais**. IN: Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade. Ponta Grossa: Atena Editora, p. 115-131, 2020. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/39888>>. Acesso em: 02 de Jun de 2022.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **The Nizhny Tagil Charter** (tradução para português). Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/?page_id=675>. Acesso em: 02 de Jun de 2022.